

A pesca com futuro

"Portugal, que é mais mar que terra, insiste em olhar para trás quando olha para o mar, no duplo sentido que esta afirmação pode ter. Insistimos em cantar as gestas passadas dos descobrimentos e das campanhas do bacalhau – uma e outra em mares que não são o nosso –, orgulhosos de termos dominado o mundo porque éramos grandes navegadores, mas não olhamos para o nosso mar de frente, como o nosso maior recurso. E, quando olhamos, só vemos a linha da costa. A pesca pouco pesa na estratégia do cluster do mar português, os portos a ser engolidos pelo turismo de massas. Partilho da opinião daqueles teimosos que continuam a acreditar que a pesca tem futuro (...)." (Cristina Moço, Revista Marinha, agosto-setembro 2010)

A PESCA TEM FUTURO

Sim, a pesca tem futuro! É isso que queremos ensinar aos nossos filhos. Mas quando os pescadores dizem que filho seu não vai para o mar... como responder? Porque não vai para o mar? Porque o mar não tem futuro! Porque é que o mar não tem futuro? Porque estamos de costas voltadas... porque a profissão é desgastante, um "mar de riscos", porque não sabemos o que vai ser o dia de amanhã, se estamos vivos, se temos peixe no mar, não podemos pensar a vida a longo prazo. Porque não se aposta na formação dos jovens. Porque não se aposta o suficiente na valorização do pescado e da profissão. E, "(...) sem políticas de defesa integral do setor das pescas, com investimentos sérios ao nível da formação profissional, ao nível de mecanismos económicos e sociais que possam atrair e fixar jovens no setor, (...) este país de mar, de pescadores e de cultura marítima continuará a estar de costas voltadas para as imensas oportunidades da chamada «Economia Azul» (...)" (João Delgado, Revista Segurança 227, julho/agosto 2015).

Voltamos sempre ao mesmo ponto: estamos de costas voltadas. Mas quem está afinal de costas voltadas? Não estão os pescadores e as suas associações e sindicatos. Não estão as comunidades. Não estarão algumas entidades, públicas e privadas, que reconhecidamente trabalham em prol da pesca e dos pescadores, nas mais variadas dimensões. Como continuamos então a assistir a uma sobrevalorização daquilo que fomos – a tal gesta grandiosa

para os bilhetes postais ilustrados das tradições, que se dão muito bem com o turismo, mas que não garantem o seu futuro enquanto motor económico? Onde fica a necessária renovação da frota sem o investimento nos estaleiros navais – alguém se lembra ainda dos Estaleiros de Viana? – e no saber fazer destes profissionais? E as artes de pesca – quem as ensina? Onde está o reconhecimento profissional destes técnicos e a sua valorização? Continua a faltar efetivamente uma visão integrada, uma política pública, nacional que olhe para todos estas dimensões e que olhe a pesca e os pescadores com Futuro. Porque o País merece, e esse é também o seu legado. Sem o sentimento de Futuro o resto que falta que é tanto, fica inalcançável!



COM OS OLHOS NO FUTURO É POSSÍVEL TRABALHAR EM SEGURANÇA

É da natureza humana que a falta de perspetivas possa originar ações menos responsáveis, e a cultura de segurança no mundo laboral, quando no horizonte faltam perspetivas, é a primeira a sofrer. Com a imposição do sentimento "não tenho nada a perder" arrisca-se muitas vezes mais do que se arriscaria. Não é a fatalidade da pesca, como às vezes se quer fazer crer, são os contextos e as condições em que o trabalho é feito que aumentam os riscos da atividade.

Aos aspetos da natureza intrínseca do meio marítimo onde a pesca se desenvolve, caracterizada pela instabilidade e pelas condições físicas próprias das embarcações, bem como os ritmos incertos e as longas horas de trabalho, tantas vezes em condições adversas... juntam-se outros possíveis de contornar, que dependem da nossa ação, e tantas vezes da ação política: Falamos do circuito de comercialização do

e a utilização inadequada dos meios de segurança e salvação a bordo.

Falamos também dos aspetos a cuidar depois do acidente... Terão as tripulações os seus responsáveis, plena consciência dos direitos e deveres em matéria de segurança pessoal e das suas famílias, e mesmo das embarcações e outros bens? Terão os armadores plena consciência das suas obrigações enquanto proprietários das embarcações e dos riscos que pessoalmente correm pelo seu não cumprimento? Sabemos que a resposta é não, e a Mútua, como cooperativa de utentes de seguro, não pode deixar de lamentar este facto. Casos respeitantes ao não cumprimento são infelizmente mais comuns do que se desejaria, e as consequências humanas são nefastas. Sabemos que na pesca (local sobretudo, que é a maior frota nacional) um pescador pode ter a seu lado um filho, um irmão, um tio, na sua própria embarcação ou noutras do mesmo porto ou de localidades vizinhas. Quando o acidente acontece são famílias e comunidades inteiras que sofrem.

Pescadores lesionados que ficam com períodos de incapacidade (porque declaram salários abaixo da realidade) que estão aquém das suas expectativas, pensões de viúvas e filhos menores, pela morte do chefe familiar, que não chegam para servir sequer a função de complemento de rendimento do agregado (e tantas vezes não existe sequer outro rendimento no agregado...). E casos ainda mais dramáticos, em que famílias ficam desprotegidas, na medida em que nem sequer existia seguro.

O armador tem a obrigação de garantir a segurança da sua tripulação – garantir os meios de segurança a bordo e garantir a segurança dos seus tripulantes por meio de um seguro adequado que os proteja, às suas famílias, em caso de acidente. Em muitas embarcações é o armador também camarada a bordo, que corre exatamente os mesmos riscos. Na pesca as fronteiras entre "patrões" e "empregados" são, muitas vezes, sob o ponto de vista das práticas de trabalho a bordo, muito ténues. Esta característica deveria por si só estimular o coletivo, "a companhia", a zelar, de igual modo, pela segurança a bordo. Aos tripulantes (não armadores) caberá também a responsabilidade de cuidar dos seus direitos e deveres. Mas sabemos que nem sempre acontece, há sempre um fator que faz com que tantas vezes se desviem do caminho mais seguro.



pesca e outras iniciativas como o *Mar Seguro*, do ISN, esta última com um cunho muito prático e descentralizado. Também ações várias da Marinha de sensibilização para a segurança, e outras promovidas pelas Associações locais de pescadores ou autarquias locais, e as próprias ações da Mútua, agora no quadro da nossa campanha *Pés no Terreno*, são em tudo provas de uma atitude cada vez mais consciente da necessidade de boas práticas de segurança. O uso generalizado dos coletes individuais nas embarcações da pequena pesca é também a prova de que há uma mudança de atitude.

Mas falta o resto... e o resto é ainda quase tudo! Os pescadores estão a fazer um esforço para cumprir a sua quota-parte do trabalho de

DE VOLTA O ORGULHO EM SER PESCADOR

trágico Inverno de 2009/2010, com a morte de 16 pescadores – contexto em que se produziu o artigo citado no início deste texto – despoletou uma ação mais coordenada, mais atenta e vigilante de várias entidades, tendo sido nesse contexto criada pelo poder central a Comissão Per-

manente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no mar, que passou a juntar de um modo regular, organismos públicos com responsabilidade na matéria, mas também associações com representativas do setor, com responsabilidades a montante e a jusante. Mais recentemente a campanha da ACT para a melhoria das condições de trabalho na

casa! As associações estão ao seu lado. Entidades existem também empenhadas neste futuro. Contudo falta coser todos os esforços numa política pública, nacional, integrada, que olhe para o mar para lá da linha da costa, construída a partir dos seus principais atores e que traga de novo o orgulho dos pescadores e a vontade de passar o testemunho às gerações mais novas.

